



ST 09: HISTÓRIA POLÍTICA NO BRASIL REPUBLICANO: PODER LOCAL, PARTIDOS POLÍTICOS, TRAJETÓRIAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

COORDENADORES: Profa. Carla Schayane Costa Silva e
Profa. Dêis Maria Lima Cunha Silva

**OS DESAFIOS DO GOVERNO DE JOÃO BATISTA FIGUEIREDO (1979-1985)
NA SEGUNDA FASE DA TRANSIÇÃO PARA A ABERTURA POLÍTICA NO
BRASIL.**

Dêis Maria Lima Cunha Silva

Mestranda

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

deis.maria@hotmail.com

RESUMO

O estudo que se segue discorre sobre os desafios enfrentados pelo governo de João Figueiredo (1979-1985), no período em que os historiadores denominaram de segunda fase da transição para a abertura política no Brasil. Deste modo, esse estudo tem como objetivo principal analisar de que maneira este governo lidou com os desafios sociopolíticos para dar continuidade ao processo de redemocratização. O novo governo instaurou a Lei da Anistia, enfrentou o movimento pelas eleições diretas. O colégio eleitoral, por meio do voto indireto elegeu em 15 de janeiro de 1985, um civil para

presidente do Brasil que prometeu dar continuidade ao projeto e “encaminhar” o Brasil de volta a democracia. Os referenciais teóricos consultados para a pesquisa foram: Skidmore (1988), Cordão (2018), Lamonier (1990). Fizemos uso do Jornal *A união*. Esta pesquisa foi desenvolvida na perspectiva da Nova História Cultural, contribuirá e com novos estudos que tratem do tema da abertura política.

Palavras chave: Reorganização partidária. Diretas já. Abertura política. Democracia.

INTRODUÇÃO

Conforme Skidmore (1988), Figueiredo era o oposto de seu antecessor, Ernesto Geisel, não gostava da burocracia administrativa e esperava que seus ministros resolvessem todas as questões referentes a burocracia administrativa. Assim, prometeu dar continuidade ao projeto de Geisel e “encaminhar” o Brasil de volta a democracia. Em seu governo, de acordo com o autor, João Batista Figueiredo também enfrentou dificuldades econômicas, assim para o ministro do planejamento Mário Simonsen a saída era desacelerar a economia. Para dar continuidade ao processo de abertura política, o governo revogou o AI-5¹⁵⁶, enfrentou o Movimento pela anistia e pela Constituinte.

Um importante acontecimento foi a reorganização partidária, que favoreceu a criação de novos partidos, a ARENA¹⁵⁷ reagrupou-se como Partido Democrático Social

¹⁵⁶ O Ato Institucional nº 5 é considerado pelos estudiosos do tema o mais insensato de todos os demais. Foi decretado em 13 de dezembro de 1968 e serviu como meio para justificar as punições e a violência usada pelos militares. Alves (1998) resumiu os poderes que foram conferidos a este AI da seguinte forma: [...] 1) *poder de fechar o Congresso Nacional e as Assembleias estaduais e municipais*; 2) *direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal*; [...] (ALVES, 1998, p. 131).

¹⁵⁷ Aliança Renovadora Nacional. Partido do governo, fundado em 4 de abril de 1966, com o Ato Complementar dois meses após o Ato Institucional II. O AI-2 fez

(PDS), o antigo MDB¹⁵⁸ juntou-se ao PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1980) –, Leonel Brizola fundou o PDT – Partido Democrático Trabalhista, 1980 – e Luiz Inácio (Lula) fundou o PT – Partido dos Trabalhadores em 1980. As eleições previstas para 1980 foram adiadas para 1982, quando haveria eleições diretas para o governo do Estado pela primeira vez desde o período de 1965.

Por conseguinte, o Congresso aprovou uma Emenda Constitucional para reintroduzir as eleições diretas para governo do Estado e senadores, o que dava continuidade a liberalização. Em 1979 o Brasil contava com uma inflação de 77%, ao final de 1980 a inflação havia disparado e chegou a 120% fato que deixou banqueiros estrangeiros desacreditados, além do mais o infarto do presidente Figueiredo trouxe mais uma vez o medo daqueles que lutavam pela democracia. Deste modo, as agremiações partidárias organizam e articulam o processo eleitoral. Assim sendo, “[...] No Brasil, o restabelecimento do governo civil em 1985 foi acompanhado da emergência de um sistema multipartidário, cujos componentes principais continuaram os mesmos, exceto pela criação do PSDB, em 1988. [...]” (KINZO, 2005, p. 66). Esperava-se, desse modo, que os partidos que atuavam junto ao governo tivesse se fortalecido e criado uma imagem na qual o eleitor pudesse se identificar e colaborar com a estruturação da base eleitoral.

desaparecer o sistema pluripartidário no Brasil. Ver: SOBREIRA, Dimitri da Silva Bichara. Para além do “sim, senhor”: A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a Ditadura Militar na Paraíba (1964-1969). João Pessoa, 2016. Ver também: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989.

¹⁵⁸Movimento Democrático Brasileiro. Partido que fazia oposição ao governo, criado no mesmo período e situação da ARENA.

Os desafios do governo João Figueiredo.

Entre os primeiros desafios enfrentados pelo novo governo estavam as greves dos trabalhadores. A maior entre estas greves foi a que ficou conhecida como a greve dos metalúrgicos do ABC paulista. Assim sendo, com o apoio da Igreja e da OAB, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) liderou a greve que contou com 160.000 trabalhadores em março de 1979. Foram mais de 400 greves entre os meses de janeiro e outubro deste mesmo ano, enfrentadas pelo governo. Para o governo a classe trabalhadora deveria ser mantida sob forte vigilância, para evitar greves e conflitos com o governo. Assim sendo, a abertura continuaria sob o mesmo ponto de vista iniciado por Ernesto Geisel, lenta, segura e gradual.

Além das greves organizadas pelos movimentos sindicais, o governo Figueiredo enfrentou o Movimento pela Anistia. Deste modo, a Lei da Anistia¹⁵⁹ foi aprovada pelo Congresso em 1979, de acordo com essa lei, eram anistiados presos e exilados políticos. Os líderes deste movimento desejavam que os militares respondessem pelos crimes de tortura e assassinatos, pois havia como comprovar tais crimes por meio de documentos e testemunhas oculares. É importante destacar que a Lei da Anistia restringiu os crimes de sangue e ao fazê-lo se referiu aos líderes dos grupos de guerrilheiros. Obviamente, uma abertura política promovida e liderada por quem deu um golpe na democracia – os militares – não permitiria que seus pares sofressem qualquer tipo de julgamento e punição, (Skidmore, 1988).

¹⁵⁹ Essa lei do ministro da justiça Petrônio Portela. Os anistiados eram todos aqueles presos ou exilados por crimes políticos desde 02 de setembro de 1961. Ficavam excluídos da Lei da Anistia os culpados por “crimes de sangue” durante a resistência armada ao governo. Essa lei também restabelecia os direitos políticos perdidos em razão do AI-5 e colaborou com a popularidade de Figueiredo, também trouxe medo aos militares que temiam pela possibilidade de uma investigação e fixar a responsabilidade por torturas e assassinatos. Segundo Maria Helena Versiane (2014), essa lei foi aprovada por 206 votos da ARENA contra 201 do MDB. Nessa primeira proposta nem era ampla e nem irrestrita então estabelecia apuração dos crimes do Estado.

Mesmo com as tentativas do governo em negociar com trabalhadores, a revogação do AI-5, o restabelecimento do *habeas corpus* aos detidos por questões políticas, muitos brasileiros ainda não acreditavam que o governo continuaria com o projeto de abertura. Diante disso, o ceticismo aumentou quando em maio o governo anunciou a suspensão das eleições municipais de 1980 para 1982. Destarte, os eleitores votariam para escolher representantes de todos os cargos eletivos com exceção do presidente. Cada partido – PDS e PMDB - organizou uma campanha com o auxílio dos meios de comunicação. Dessa maneira, os partidos da oposição propunham:

[...] o direito de voto para os analfabetos, aumentar a autonomia sindical, legalizar as greves e adotar uma ‘justa política’ de distribuição da renda. Defendiam também o fim dos ‘privilégios concedidos às grandes empresas, às multinacionais e ao capital financeiro’ e propunham ‘fortalecer’ o mercado internacional. [...] (SKIDMORE, 1988, p. 453).

Por conseguinte, podemos dizer que esta eleição foi a maior que América latina já viu, apesar de a linha-dura¹⁶⁰ tentar sabotar. Apesar de, os partidos opositores terem conseguido a maioria do total dos votos não conseguiram a maioria no Congresso. Para o autor alguns aspectos dessa eleição devem ser levados em consideração. O primeiro aspecto diz respeito ao fato de que a maioria dos que agora compunham a Câmara dos Deputados eram do partido da oposição. O segundo aspecto se refere ao fato de que para manter sua força política o governo agora precisaria do apoio dos estados menos

¹⁶⁰ Os linha-dura era a ala mais radical dos militares, estes defendiam a criação de órgãos de força para conter e combater os comunistas. Defendiam o endurecimento do regime. FORNAZIERI, Lúcia Lopes. *Ditadura militar*. Disponível em:

<<https://historiandonanet07.wordpress.com/2010/11/15/ditadura-militar/>>. Acesso em 26 de maio de

desenvolvidos e menos populosos. Logo, fazia uso da prática do clientelismo na esfera estadual para garantir o apoio necessário e eleger seu sucessor na presidência.

Em novembro de 1981 o presidente mandou para o Congresso o “pacote de novembro” que proibia as coligações eleitorais, também foi instituída uma cédula em que os nomes dos candidatos deveriam ser escritos. Essa medida beneficiava a direita, ou seja, o partido do PDS, já que este tinha organizações locais que assegurariam o preenchimento correto das cédulas. Sendo assim, em 1982 o Brasil viveu mais um ano de eleições. Desde 1965, os governadores eram indicados pelo Presidente da República e nesta eleição seriam eleitos diretamente. As eleições locais foram adiadas de 1980 para 1982, logo, o eleitor precisou eleger candidatos em todos os níveis com exceção do presidente.

Conforme, o “pacote de novembro” não conseguiu cumprir com o objetivo de barrar o crescimento da oposição. De modo que, não somente as derrotas nas eleições de 1982, mas também a saúde do presidente agravou ainda mais o seu governo, que no ano de 1985 enfrentou a campanha pelas eleições diretas também para sucessão do representante do poder executivo federal. Assim sendo, o deputado do PMDB, Dante de Oliveira¹⁶¹ apresentou uma emenda constitucional para que as próximas eleições para

¹⁶¹ Dante Martins de Oliveira, participou nos anos 1970 do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Foi eleito deputado estadual, assumiu o mandato em fevereiro de 1979 e também foi deputado federal em 1983. O projeto propôs o restabelecimento da eleição direta em todos os níveis e marcaria para 15 de novembro de 1984 a eleição para presidente da República no mês de fevereiro de 1983. Por não ter tido quorum suficiente para que fosse enviada ao Senado a proposta foi derrotada em 25 de abril. Dante de Oliveira faleceu aos 54 anos de idade em 2002 sem deixar filhos. Veja mais em:<<https://educacao.uol.com.br/biografias/dante-de-oliveira.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 26 de maio de 2019.

presidente fosse por meio do voto popular e direto. Dessa maneira, de acordo com Ferreira (2018), se aprovada tornaria a eleição presidencial de 1985 um marco para o retorno da democracia, já que o presidente seria escolhido pelo voto direto e popular, (FERREIRA, 2003).

Mediante o exposto, deu-se início ao Movimento pelas Diretas Já! que deixou claro que a população brasileira havia amadurecido em termos de consciência política. Desde o início do processo de distensão dentro da cúpula dos militares não havia mais uma unidade de pensamento a respeito da manutenção do governo militar, por isso se tivesse havido a cogitação de um novo golpe não haveria apoio suficiente para dar sustentação. Deste modo, o ideal era dar continuidade ao processo de abertura mesmo que fosse lento e gradual para que fosse “seguro”. Neste sentido, o governo mais uma vez usou sua perspicácia para desviar os rumos e conter a expansão do movimento pelas Diretas, dessa forma lançou a:

[...] ‘Emenda Leitão’ ou Emenda Figueiredo. Este expediente propunha eleições diretas para presidente da República em 1988, reduzindo o mandato do próximo presidente de seis para quatro anos, dando direito à reeleição e criava eleições em dois turnos, se o candidato mais votado não obtivesse maioria absoluta. (ABAIDE, 1990, p. 65)

Com isso, as opiniões se dividiriam na hora de votar a Emenda Dante de Oliveira que defendia eleições diretas já para o pleito de 1985. A emenda Dante de Oliveira foi reprovada, o que nos levou a entender que a ideia do governo em confundir o Congresso prevaleceu. Este movimento também levou o PDS, partido do governo, a uma crise interna que foi agravada com a candidatura de Paulo Maluf¹⁶² para presidente. O Jornal,

¹⁶² Paulo Salim Maluf, de origem libanesa, nasceu na cidade de São Paulo no dia 3 de setembro de 1931. Pela Escola Politécnica da USP graduou-se em Engenharia

A *União*, na Paraíba trouxe em uma notícia, sobre a opinião do presidente a respeito da sucessão presidencial pela via direta, em que destacou:

Em meio o movimento pelas eleições diretas, muitos traçaram uma ligação entre a crise econômica e o voto direto para presidente, todavia João Figueiredo ressaltou que se esse fosse de fato o problema não existiriam tantos países que a escolha para o cargo do executivo federal é por meio de eleição direta e, no entanto estão em crise. Deste modo frisou: eu sei que muita gente é a favor das eleições diretas. Eu também sou, mas tudo tem seu tempo e sua hora. Nós queremos uma democracia estável. (JORNAL O NORTE, 16 de março de 1984).

Civil em 1954. Sua trajetória política iniciou em 1967, durante o regime civil-militar, quando assumiu a prefeitura de São Paulo indicado pelo então general-presidente Artur da Costa e Silva. Como prefeito de São Paulo presenteou os jogadores da seleção brasileira com um automóvel por vencerem a Copa do Mundo de 1970 no México. Ainda na década de 1970 se colocou contra a extinção do Ato Institucional nº 5 (AI-5), pois o considerava um instrumento imprescindível ao combate à corrupção e à subversão. Para Maluf em vez de revogar o AI-5, o governo deveria ser institucionalizá-lo, como defendiam outras lideranças políticas. Meses depois, percebendo que a revogação do mesmo, fazia parte importante do processo de redemocratização voltou atrás em seu posicionamento. Maluf também foi governador de São Paulo nos anos de 1979 a 1982 pelo Colégio Eleitoral. Sua carreira política foi marcada por seguidas denúncias de corrupção e atualmente encontra-se em prisão domiciliar e teve seu mandato de deputado federal cassado. Ver mais em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-salim-maluf>. Acesso em 14 de maio de 2019. Ver também o livro: *Ele, Paulo Maluf, trajetória da audácia*. O livro foi escrito pelo jornalista Tão Gomes Pinto a partir de depoimentos feitos pelo próprio deputado em 2008.

Portanto, a Lei Dante de Oliveira não foi aprovada, sendo assim, uma comoção tomou conta das pessoas que estavam reunidas a espera da aprovação da Lei ao perceberem que não seria ainda nesta eleição de 1985 que o povo exerceria o direito de escolher o chefe do poder executivo federal. Dessa forma, [...] ‘quando veio o anúncio de que a emenda estava rejeitada, o povo na praça fez silêncio. Muita gente chorou. [...] Não havia barulho. Até que veio um coro de ‘a luta continua’, e a animação voltou’. (FERREIRA, 2018, p. 27). Sendo assim, a pressão popular para que a eleição para presidente se desse de forma direta foi tamanha, que o governo se sentiu desgastado e mesmo vencendo a Emenda Dante de Oliveira a sensação foi de que tinha perdido o principal elo entre o poder e os representantes deste poder. Dessa forma os militares apenas adiaram a sua saída do governo, já que dentro da cúpula dos militares havia disputas políticas e discordâncias no que se refere a transição democrática.

Por isso mesmo, para preservar as forças Armadas era preciso que os militares se retirassem do governo de maneira organizada e com prudência. Conforme Ferreira (2018), o governo federal, por meio do Sistema Nacional de Segurança e do Sistema Nacional de Informação tinha controle sobre tudo que se passava no país. Assim sendo, é importante observar que os generais Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel articulavam a “[...] constitucionalização do regime, mas não o retorno do país à democracia liberal. [...] ambos tinham consciência de que era necessário a volta organizada aos quartéis enquanto a ditadura tinha algum prestígio. [...]” (FERREIRA, 2018, p. 29). Portanto, os militares garantiram certa proteção, para que não tivessem que responder pelas torturas praticadas nos quartéis, prisões arbitrárias e pelo “desaparecimento” de civis. Além disso, tinham a intenção de o governo ser representado pelo estado de Direito. Assim, seria uma espécie de autorreforma do regime, que passaria a ser liberalizante e sob o poder dos militares.

Dessa maneira, a sucessão presidencial que ocorreu em 1985 ainda pela via indireta e os desafios enfrentados por João Figueiredo começou já na convenção partidária para escolher dentro do PDS um candidato que estivesse de acordo com o interesse do partido. Deste modo, a convenção do PDS para a escolha do sucessor para ocupar o cargo de presidente foi marcada por informações desencontradas e especulações. Para o Chefe do Executivo Federal, seu maior desafio era enfrentar Paulo Salim Maluf que já havia manifestado seu interesse em concorrer no Colégio Eleitoral, tendo em conta que não quis impor um nome para sucedê-lo, assim João Figueiredo:

[...] parecia estar perdendo o controle. Maluf avançava, a coordenação do Presidente já não era obedecida – e os assessores políticos palacianos introduziram fórmulas de emergência para evitar o ‘pior’. Apareceram as teses da reeleição ou da prorrogação do mandato. Cogitou-se da retirada das candidaturas para dar lugar a uma solução intermediária nos quadros do regime. Mas as bases começaram a resistir a qualquer mudança nas regras do jogo. O presidente enquanto isso, virava uma esfinge. A quem o procurasse, dizia não ter candidato e garantia respeitar a decisão da convenção. Mas ferviam as especulações de que ele estaria inclinado a apoiar a candidatura do seu auxiliar, o Ministro Mário Andreazza. Uma versão nunca confirmada [...] (JORNAL A UNIÃO, 22 de junho de 1984).

Por conseguinte, a imprensa noticiou após as convenções do PDS e do PMDB, quem foram os nomes escolhidos por seus respectivos partidos para concorrerem ao cargo de Chefe do Executivo Federal. Desta maneira, O PMDB, apresentou o nome do civil Tancredo Neves¹⁶³ e o PDS, partido do governo, mesmo com votos a Mário Andreazza –

163 Tancredo de Almeida Neves – 1910-1985. Foi presidente da República eleito pelo Colégio Eleitoral, mas não empossado, também foi advogado e empresário. A sobrinha-neta de Tancredo, Lucilia de A. Neves Delgado construiu uma biografia

foi Ministro do Interior no governo de João Figueiredo – apresentou Paulo Maluf. Os dois candidatos tiveram pela frente um grande desafio em comum conquistar os votos no Colégio Eleitoral dos Pedessistas que votaram em Mário Andreazza. A manchete do Jornal, *A União*, foi a seguinte:

[...] os dois maiores partidos – PDS e PMDB, realizaram suas convenções e indicaram seus candidatos ao Colégio Eleitoral que escolherá o futuro Presidente da República. O confronto – sabe-se agora – será travado entre 2 políticos experientes e competentes – Paulo Maluf e Tancredo Neves que têm em comum entre si apenas o fato de enfrentar um universo de eleitores extremamente instável e prenhe de definições concretas. (JORNAL A UNIÃO, 14 de agosto de 1984)

sobre a vida do seu tio-avô e historicizou sobre o homem, que já trazia na sua trajetória política a marca da vocação democrática. Dessa maneira, pretendia justificar porque que Tancredo teria sido escolhido para dar continuidade a transição para a retomada das instituições democráticas. Sendo assim, Tancredo foi um homem que agia de acordo com os acontecimentos sociopolíticos de sua época. Interessante que, assim como Ulysses ele não teve seus direitos políticos suspensos e conseguiu manter seu *Estatus quo*, tratava-se de um homem que prezava pelo diálogo conciliatório. Deste modo, “*A memória de Tancredo Neves que o inclui na lista dos que resistiram a um regime ‘autoritário’ foi fabricada por ele próprio, pelos aliados políticos e alardeada pela grande imprensa durante a campanha presidencial de 1984-1985, consolidada quando de sua doença e morte e reproduzida em narrativas biográficas elaboradas a posteriore. [...]*” (CORDÃO, 2018, p. 145). Ver mais em: SILVA, Elisiane da Silva; NEVES, Gervásio Rodrigo e MARTINS, Liana Bach (Orgs). *Tancredo Neves: pensamentos e fatos*. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

Na opinião do jornalista Tancredo Neves teve a vantagem dos dissidentes do PDS que acompanharam José Sarney, enquanto Paulo Maluf contou apenas com a conquista dos votos dos membros do partido que apoiaram de Mário Andreazza para a sucessão presidencial, além da fidelidade partidária. Assim sendo, o dia 15 de janeiro de 1985 foi uma data memorável e de suma importância para os brasileiros, independente de quem venceu a eleição, mesmo que por via indireta, o fato é que um civil foi escolhido pra presidir o “Gigante pela própria natureza” – O Brasil – com esta eleição encerrou-se em definitivo o regime civil-militar. Com isto, se consagrou as liberdades democráticas para o cidadão brasileiro. Assim, foi manchete na imprensa:

Neste momento histórico, é lícito o reconhecimento público ao presidente Figueiredo, que, como líder do sistema, soube conduzir o processo galhardamente, para fazer que ele tivesse curso normal e desaguasse, nas eleições que, hoje, devolvem o Brasil ao Poder civil pelo qual toda a Nação ansiava, com irrecusável fervor cívico. (JORNAL A UNIÃO, 15 de janeiro de 1985)

A notícia enfatizou as adversidades que o novo presidente tinha em seu governo e o maior de todos os desafios seria a consolidação do regime democrático, sendo assim, foi necessário fortalecer a soberania popular e “[...] evitar que intervenções futuras, tentem destruir a democracia nacional reconstruída à custa de tanto sacrifício e obstinação dos brasileiros”. (JORNAL A UNIÃO, 15 de janeiro de 1985). No tocante a transição, Tancredo Neves foi visto pela população como o mais indicado para restabelecer a democracia.

Desta forma, muitas mudanças ocorreram em meados da década de 1980, viu-se o fim de uma geração inteira de políticos a liberalização teve sucesso porque foi relativamente lenta, a anistia satisfazia a maior parte das reivindicações daqueles atingidos pela repressão. Ao contrário dos países vizinhos como argentina, Chile ou Uruguai, os “autoritários” brasileiros sujeitaram-se ao processo eleitoral e a oposição no Congresso foi capaz de manter uma linha de legitimidade democrática, mesmo se seus

votos fossem vencidos ou rejeitados. Por isso a década de transição para a volta democrática foi um período de grandes acontecimentos, (SKIDMORE, 1988).

Portanto, Michelly Cordão (2018) enfatizou que as disputas simbólicas em que o período da transição política em fins da década de 1970 a 1980, esteve sob controle da elite dominante. Tratou-se dessa forma, de um projeto de cunho elitista de um lado e do outro uma proposta vinda do grupo de oposição em que se dava centralidade aos trabalhadores. Assim sendo, para a mídia os únicos que apresentavam capacidade suficiente para por fim ao regime civil-militar¹⁶⁴ seria a própria elite. Deste modo houve:

[...] alternativas para a ‘redemocratização’ que foram deliberadamente, esquecidas, sobretudo com a atuação da grande imprensa que alardeou a tese de que a proposta de ‘conciliação’, resultado de acordos entre as elites políticas, incluindo aquelas que protagonizaram a ditadura civil-militar, representava a possibilidade única de pôr fim ao autoritarismo. [...] (CORDÃO, 2018, p. 12)

Por conseguinte, a mídia, televisiva, principalmente, e as campanhas políticas interferiram também no processo da redemocratização. Com isso, podemos concluir que a transição política foi um processo conservador e liderado pelos militares, análise já descrita por Silva (2003) e Skidmore (1988). Do mesmo modo, juntou-se ao grupo dos conservadores uma oposição liberal, para traçarem as metas para a abertura política de maneira conciliatória, para que os militares não fossem penalizados pelos crimes de tortura, prisões arbitrárias e assassinatos e para que o controle do país não passasse para as mãos da esquerda. Assim sendo, “[...] Conservou-se um ‘entulho autoritário’ dentro de

¹⁶⁴ Segundo Cordão (2018) a ditadura militar no Brasil não foi obra exclusivamente dos militares, por isso recentemente foi aceito entre os historiadores chamar o período que vai de 1964 a 1985 de regime civil-militar, uma vez que civis também compactuaram com o golpe. Assim, “[...] apenas recentemente os historiadores passaram a utilizar a expressão ditadura civil-militar em substituição à ‘ditadura militar’, com a intenção de dar visibilidade à participação de civis naquele processo político.” (CORDÃO, 2018, p. 152).

um Estado Democrático de Direito, legitimado pela Constituição de 1988.” (CORDÃO, 2018, p.30). Mediante o exposto, compreendemos porque que no Brasil, ainda há a permanência de certo autoritarismo nas relações sociais, e não estamos nos referindo somente e apenas ao campo político, mas também a outros grupos sociais. Infelizmente, na conjuntura política social brasileira, muitos grupos se afirmam superiores e, portanto, merecedores de privilégios e regalias, quando na verdade não o são. Em suma, naquela fase da transição:

Defender a democracia no Brasil, naquele momento, significava defender eleições diretas, liberdades civis, sociais, políticas e de expressão. Definição que garantia os interesses das elites políticas, uma vez que não colocava na agenda das discussões propostas sociais que pudessem ampliar o acesso democrático à esfera pública, promover a redistribuição de renda ou dialogar com os trabalhadores. (CORDÃO, 2018, p.33).

Portanto, democracia neste momento da história política do Brasil, era sinônimo de liberdade para os brasileiros que tiveram direitos suspensos durante 21 anos do regime civil-militar. Por isso, se tratou da luta pela retomada das instituições democráticas. Ademais, o termo democracia não se refere apenas as instituições políticas, mas também as conquistas de direitos civis e sociais. Em vista disso, a concepção de democracia na década de 1980, no Brasil, estava diretamente ligada a defesa da liberdade civil, liberdade de expressão e de escolha e não a promoção de uma sociedade igualitária, que respeitasse as diferenças étnico-raciais e culturais existentes no país. Indubitavelmente se assim o fosse, o cidadão brasileiro teria o respeito merecido de toda a sociedade independente do grupo ao qual fez e faz parte. Neste sentido:

[...] A noção de democracia dos anos de 1980, defendida pelos setores conservadores que se uniram na Aliança Democrática da qual parte da sociedade contemporânea coloca-se como herdeira, priorizava a defesa das liberdades em um contexto em que vigorava um regime autoritário governado por militares. Não havia, portanto, uma ênfase à democracia enquanto um caminho político cujo objetivo fosse promover uma

cultura igualitária e uma sociedade inclusiva com valores sociais que alcançassem grupos excluídos das condições de acesso ao ‘universal’. [...] (CORDÃO, 2018, p.36).

Provavelmente, o medo de perder o controle e poder submeter os chamados grupos de dominados da sociedade vigente, o medo de perder os privilégios e as regalias, enquanto grupo dominante, fez com que essa elite conservadora mantivesse sob seu jugo todo o processo de transição para a retomada das liberdades democráticas. Na conjuntura da transição política, se destacaram alguns sujeitos que se posicionaram contra a aliança política feita entre o governo e os partidos de oposição, a exemplo do Partido dos Trabalhadores. Assim sendo, o PT se manteve contra o projeto de transição gerenciado pela elite conservadora do governo e da oposição. Logo, o MDB fazia parte uma espécie de “oposição consentida” e ou permitida, (CORDÃO, 2018).

Consequentemente, para que fosse eleito, a mídia se esforçou para construir a imagem de Tancredo Neves como um homem conciliador, pacifista e que somente ele com todas essas características, seria capaz de levar a diante o projeto de transição política iniciado pelo general-presidente Geisel. Ainda mais, que o projeto de Geisel tratava-se de “[...] uma transição conservadora e ‘controlada’ pelo Estado para impedir conflitos, ‘guerras civis’, ‘agitações, termos frequentemente usados pela grande imprensa [...]” (CORDÃO, 2018, p. 90). Sabemos, que a imprensa colaborou com o golpe de 1964, mas na fase da transição se colocou ao lado dos que lutavam em prol da abertura política.

Conclusão

Conforme Abaide (1990), a política distencionista iniciada no governo Ernesto Geisel continuou com o nome de transição no governo de João Figueiredo. Com reformulação partidária em 1979 novos partidos e lideranças políticas se organizaram com vistas à obtenção de cargos eletivos nas eleições que estavam por vir em 1982.

Assim, “[...] dissolveram-se os grupos que reivindicavam mudanças em torno de temas nacionais e surgiram neste espaço grupos que cultivavam uma política clientelista.” (ABAIDE, 1990, p. 46). Importante salientar que estes partidos ainda estavam sob o controle do Estado e por isso não tiveram um grande alcance.

As eleições que ocorreram em meados da década de 1970 e 1980, pressionaram os militares e influenciaram no processo de transição para a abertura política, assim, conforme Lamonier (1990), a fase da transição para a volta das liberdades democráticas, foi um momento favorecido pelos acontecimentos eleitorais, que aos poucos as lideranças políticas a medida que se opunham ao governo venciam os pleitos eleitorais iam ganhando espaço sem que precisassem fazer uso de violência por meio de enfrentamentos. Concordamos com o fato de que as eleições que ocorreram durante o processo de transição influenciaram e/ou podem ter até acelerado, mas não foi o evento determinante. Nesta fase, houveram também pressões sociais, da Igreja Católica, da Imprensa, da OAB, Sindicatos que pressionaram os militares visto que queriam de volta os direitos políticos e civis. Além de todos os movimentos e pressões sociais uma ala dentro dos militares, os castelistas, era favorável a redemocratização. Assim sendo, a transição se deu de acordo com os interesses da elite militar, da elite civil dominante e dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

- ABAIDE, Jalusa Prestes. **Partidos políticos no Brasil: 1979 – 1988**. Florianópolis, 1990.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- CORDÃO, Michelly Pereira de Souza. **O jogo político da democracia: a luta simbólica no “fim” da ditadura brasileira**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.
- FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

KINZO, Maria D'Alva. **Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários o Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 20, nº 57, fevereiro/2005.

LAMONIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMONIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990.

SILVA, Fernando Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1984. In: STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 27-82.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOBREIRA, Dimitri da Silva Bichara. **Para além do “sim, senhor”: A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a Ditadura Militar na Paraíba (1964-1969)**. João Pessoa, 2016.

VERSIANE, Maria Helena. “Constituinte brasileira vive a democracia”. In: QUADRAT, Samantha. (Org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: Letras, 2014, PP 362-384.

JORNAL

A União.

Sites eletrônicos

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-salim-maluf>.

<https://educacao.uol.com.br/biografias/dante-de-oliveira.htm?cmpid=copiaecola>.

<https://historiandonanet07.wordpress.com/2010/11/15/ditadura-militar/>.